



III CONFERENCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DA BAHIA.

CARTA POLITICA

Entre os dias 23 a 25 de abril de 2007, no Centro de Convenções na cidade de Salvador-Bahia, realizou-se a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia, com os objetivos de fazer um diagnóstico do Estado, identificando situações de insegurança alimentar, experiências bem sucedidas de segurança alimentar e nutricional, realizadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, e apontar diretrizes para uma política estadual de SAN. A Conferência Estadual teve também o objetivo de preparar a III Conferência Nacional de SAN a realizar-se em julho em Fortaleza-Ce, através do debate de seus temas e a eleição de 94 delegados(as) que representarão a Bahia.

A solenidade de abertura contou com a presença do Governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Sr. Patrus Ananias, do Sr. Secretário do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Valmir Assunção, do Sr. Francisco Menezes, presidente do CONSEA Nacional, do Presidente do CONSEA-Ba, Sr. Carlos Eduardo de Souza Leite, de uma representante do Ministério da Educação, de secretários do Governo Estadual, deputados e representantes de órgão estaduais e federais, e demais convidados.

A III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, organizada pelo CONSEA-Ba em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, culmina um amplo processo participativo, através do qual 12 grandes regiões do Estado, cerca de 280 municípios, mais de 1000 participantes, debateram os problemas de segurança alimentar de suas regiões/municípios e enviaram à Conferência Estadual suas propostas e reflexões.

A preocupação fundamental da Conferência se expressou no tema do desenvolvimento sustentável e sua centralidade na soberania e segurança alimentar e nutricional da população, especialmente a mais excluída.

Neste contexto, reforçou-se uma visão de desenvolvimento oposta ao modelo concentrador de riquezas e gerador de desigualdades sociais e de degradação ambiental que vem se manifestando nas diferentes regiões da Bahia e do Brasil. Efetivamente, o simples crescimento econômico não garante a distribuição de renda, a construção da justiça e o respeito ao direito humano à alimentação, especialmente das populações mais atingidas pela exclusão histórica em nosso Estado, tais como os indígenas, quilombolas, comunidades de fundos de pasto, ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, comunidades de terreiro, a população negra e outras populações tradicionais.

Os diagnósticos realizados nas regiões e assumidos pela Conferência trazem à luz fenômenos que expressam a presença forte em nosso estado, de um modelo excludente e concentrador de um desenvolvimento que privilegia a monocultura e o agronegócio, a concentração de terras e águas, a poluição/contaminação de rios, mares e solos por mineradoras e indústrias, o desmatamento e proliferação de carvoarias, o crescimento do desemprego, gerando graves desequilíbrios socio-ambientais rurais e urbanos e a insegurança alimentar e nutricional da população.

Foi enfatizada a ameaça à soberania e segurança alimentar com a tendência de expansão dos monocultivos direcionados ao biocombustível nos vários biomas do Estado.

Simultaneamente, nota-se a presença de programas e políticas que assumem papel importante na construção da segurança alimentar e nutricional do Estado, mas que necessitam de urgentes aprimoramentos para que efetivamente cumpram seus papéis. Entre elas destaca-se a alimentação escolar, que ainda adquire seus produtos de grandes empresas em detrimento da agricultura familiar e da cultura alimentar das regiões; o Bolsa Família, necessitando de construir as portas estruturais de saída e um controle social mais efetivo; programas governamentais variados, mas ainda insuficientes e em parte inadequados para o atendimento às populações específicas (indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro...); Programas de Oferta de Água Potável para as populações difusas, especialmente do semi-árido; o Programa de Aquisição de Alimentos, necessitando de urgente universalização; o PRONAF, com avanços na oferta de crédito e assistência técnica, destacando-se a presença ainda pequena de redes não governamentais e contribuindo para a implementação de uma abordagem agroecológica para a agricultura; políticas preventivas de saúde, como Saúde da Família e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, ainda carecendo de maior efetividade na sua utilização.

Identificou-se igualmente uma riqueza imensa de experiências da sociedade civil que merecem ser estudadas e sistematizadas na perspectiva de se transformarem em políticas públicas.

A riqueza do diagnóstico realizado, a partir da identificação dos problemas e potencialidades, conduziu a Conferência a apontar para o Governo do Estado e sociedade baiana o conjunto de prioridades a seguir, que deverão nortear a construção de uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional:

1. Acesso à terra pela Reforma Agrária e demarcação de terras indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais, a exemplo do Fundo de Pasto e dos ribeirinhos do São Francisco, numa ação sinérgica entre a União e o Estado da Bahia.
2. Fortalecimento da Agricultura familiar integrando programas federais e estaduais, abrangendo as esferas de produção, beneficiamento, assistência técnica em bases agroecológicas, crédito e comercialização.
3. Acesso à água em quantidade e qualidade para consumo humano e atividades produtivas, enfatizando-se a construção do programa Água Para Todos com a participação dos diferentes segmentos sociais organizados e do CONSEA-BA.
4. Alimentação escolar adequada e saudável, com a aquisição de produtos da agricultura familiar, valorizando a qualidade nutricional e a cultura alimentar das regiões.
5. Geração de trabalho e renda contemplando comunidades urbanas e rurais, valorizando os recursos e potencialidades destas comunidades.
6. Políticas públicas direcionadas para populações específicas, com recorte de Segurança Alimentar e Nutricional.
7. Ações de saúde relacionadas à segurança alimentar e Nutricional como, por exemplo, o uso efetivo do sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e o fortalecimento da estratégia de Saúde da Família.

Para que estas prioridades se materializem e o Estado da Bahia saia da incômoda situação de ter metade de sua população em situação de insegurança alimentar e nutricional, a Conferência reitera a necessidade de que estas propostas e o relato final da Conferência sejam objeto de um debate entre o CONSEA-Ba. e o Governador do Estado, oportunizando:

- a inserção destas propostas, já validadas por amplo processo regional e estadual, no PPA-2008-2011;
- A criação, em regime de urgência, de uma Comissão de Trabalho, com representantes da sociedade civil no CONSEA e do Governo do Estado, para elaboração de um Projeto de Lei que crie o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia, em sinergia e consonância com a LOSAN-Federal.

Avalia finalmente a Conferência que a participação e a mobilização da sociedade civil, assim como a parceria com o Estado, neste momento especial da história da Bahia, são essenciais para o a construção de novas relações sociais e com a natureza, que garantam a todos e todas o Direito Humano à Alimentação.